

História e memória – uma relação na confluência entre tempo e espaço

José D'Assunção Barros¹



Resumo

Busca-se examinar a relação entre Memória e História, particularmente atentando para a interação dessa relação com as instâncias do Espaço e do Tempo. O objetivo é traçar uma visão panorâmica das discussões historiográficas em torno dessa questão, refletindo sobre o conceito de Memória, desde os primórdios dessa reflexão nas ciências sociais e na historiografia contemporânea, abordando questionamentos que têm sido mais recentemente propostos por filósofos, cientistas sociais e historiadores.

Palavras-chave: Memória. Lugares de memória. Tempo.

History and memory – A relationship on the border of time and space

Abstract

This article aims to examine the relation between Memory and History, focusing on the interaction of this relation with the instances of Space and Time. The aim is to develop a panoramic view of these historiographic discussions surrounding this question, reflecting about the concept of Memory, since the first moments of this reflection in the social sciences and in contemporary historiography, approaching questions that have been proposed more recently by philosophers, social scientists and historians.

Key words: Memory. Memory places. Time.

Algumas questões iniciais

“O tríplice problema do tempo, do espaço e do homem constitui a matéria memorável”. Com essas palavras, registradas a certa altura de seu ensaio *Le Geste et la Parole* (1964-1965, p.68), o antropólogo e arqueólogo Leroi-Gourhan (1911-1986) refere-se aos usos da memória nas grandes civilizações da Antiguidade – da Mesopotâmia e do Egito faraônico à antiga China Imperial e às diversas sociedades da América Antiga. Na verdade, desde que recoloquemos as expressões “tempo” e “espaço” em uma perspectiva já contemporânea, pode-se dizer que ainda teremos nesta tríplice relação entre “espaço”, “tempo” e “homem” o ponto nodal não apenas do “memorável contemporâneo”, mas também da hoje imprescindível reflexão sobre a Memória Coletiva e suas relações com a História.

Nosso ponto de partida será, portanto, o de que este ponto de inflexão que se constitui na confluência entre “tempo, espaço e homem” é precisamente o lugar privilegiado para examinar as múltiplas relações entre Memória e História. Trataremos aqui de uma relação ambígua, complexa, mutuamente enriquecedora para cada um dos dois pólos – a História e a Memória. Desde já, será oportuno atentar para o fato de que, se Memória e História são coisas distintas e geram espaços de saber diferenciados, tal como já propunham autores como Maurice Halbwachs, em meados do século XX. Na última década, tem sido particularmente enfatizada a diversidade de riquezas que pode ser trazida pela interpenetração entre as duas instâncias. Paul Ricoeur, em *La mémoire, l'histoire et l'oubli* (2000), chamará atenção para os benefícios da busca de uma "política da justa memória", o que inclui as possibilidades de uma memória "esclarecida pela historiografia" e a de uma historiografia profissional passível de "reanimar uma memória declinante". Michael Pollak, em contrapartida, tem desenvolvido um trabalho fundamental com relação a aspectos mais específicos que se referem ao uso da Memória como fonte histórica, e poderemos mencionar, entre tantos, o artigo “Memória, esquecimento, silêncio” (1989). Questão de primeira ordem na última década, aliás, é ainda a reflexão sobre a Memória como dialética entre lembrança e esquecimento, tal como nos mostra o ensaio de Harald Weinrich (n.1927) intitulado: *Lete: Arte e Crítica do Esquecimento* (1997), ou também o ensaio *Seduzidos pela Memória*, de Andreas Huyssen, para além, é claro, do já citado ensaio de Paul Ricoeur². A memória se coloca assim como uma construção – tal como já se compreende desde há muito a Historiografia – e dar a perceber como essas duas construções podem interagir uma sobre a outra se constitui certamente em um dos desafios da historiografia do presente. É importante lembrar ainda como um dos desenvolvimentos recentes da reflexão sobre a Memória a noção de que esta se refere não apenas ao Passado e ao Presente, mas também ao Futuro. Desse modo, se Heinhart Koselleck já edificara sua obra *Futuro Passado* (1979) em torno da percepção da mutabilidade através da história das relações entre as três instâncias da temporalidade – Passado, Presente e Futuro – também Paul Ricoeur atentar-se-á para o fato de que a Memória é sempre a memória de alguém (ou de um grupo) que faz projetos e visa ao devir (RICOEUR, 1996, p.9). De igual maneira, haverá também a manipulação da Memória pelos projetos futuros e pelos poderes do presente, como registrará não apenas Paul Ricoeur, mas também Todorov em seu ensaio *Abusos da Memória* (1995, p.14).

Desde já, algumas questões fundamentais merecem ser colocadas para uma maior compreensão acerca da Memória Social e de suas formas de interação com a História. Entre

elas, e de modo a superar a inadmissível avaliação da memória como mero depósito de dados e de informações relativas à coletividade ou à vida individual, devemos pensar na Memória como instância criativa, como uma forma de produção simbólica, como dimensão fundamental que institui identidades e com isto assegura a permanência de grupos. A Memória, portanto, já não pode mais nos dias de hoje ser associada metaforicamente a um “espaço inerte” no qual se depositam lembranças, devendo ser antes compreendida como “território”, como espaço vivo, político e simbólico no qual se lida de maneira dinâmica e criativa com as lembranças e com os esquecimentos que reinstituem o Ser Social a cada instante³.

Na verdade, a Memória não é nem mesmo esse espaço ou território, mas uma atividade que simultaneamente o institui e que continua a se exercer sobre ele, re-territorializando-o diuturnamente, por assim dizer. Estaremos aqui bem longe daquela metáfora platônica para a memória individual, segundo a qual essa não é mais que “um bloco de cera que existe na alma” e sobre o qual podem ser fixadas as impressões com um estilete⁴. Mais especificamente com relação à Memória Social (mas também com relação à memória de maneira geral), pode-se dizer que essa se estabelece em um espaço-tempo que se relaciona ao mundo humano e no qual se afirmam poderes da Comunidade e dos indivíduos sobre si mesmos e sobre os outros. Daí a metáfora do território e da atividade que se exerce sobre esse território.

Para além dessa questão primordial que relaciona “memória”, “espaço” e “tempo” – e já empreendendo uma aproximação em relação aos demais aspectos que situam a Memória diante de suas interações e de seus contrastes em relação à História – devemos ainda pensar tanto na importância da Memória Individual enquanto material para a História (caso da História Oral), como no inquestionável valor da Memória Coletiva nesse mesmo sentido (o Patrimônio Histórico como fonte, e também os inúmeros “lugares de memória”). A apropriação da memória não só como fonte, mas também como objeto de estudo para a historiografia, a exemplo do artigo de François Dosse sobre a “História Social da Memória” (1996), que nos mostra um dos lados dessa relação. Por outro lugar, na contramão dessas questões, devemos entender também a historiografia como um dos lugares da memória, como veremos logo a seguir.

A questão é complexa, e colocaremos aqui as perguntas básicas: O que é a Memória? O que é a História? Como se interpenetram Memória e História? Aqui existe uma tríplice complexidade a percorrer, mas desde já faremos notar que, de um lado, a Memória Coletiva

elege a História (e a historiografia) como um de seus “lugares de memória” (conceito a ser definido mais adiante). A historiografia é de fato um dos inúmeros “lugares de memória” (conjuntamente com as recordações humanas, as comemorações, as fotografias, os ritos e mitos, e tantos outros “lugares” nos quais se aloja e se produz a Memória Coletiva). Mas, por outro lado, a Historiografia é ainda algo bem mais amplo, pois não se reduz a ser um “lugar de memória”. Analítica, criadora de um novo discurso, incorporadora de antigos discursos, artística e científica, a Historiografia moderna vale-se da Memória Coletiva e das Memórias Individuais como um dos seus recursos disponíveis para a produção do conhecimento historiográfico. Aqui há muitos outros recursos disponíveis à historiografia para além da memória. É assim que Memória e Historiografia parecem querer uma englobar a outra, anunciando seus infinitos de possibilidades, porém são instâncias bem distintas entre si. Estão em permanente interação, contudo não se confundem.

Isso posto, há obviamente aquelas fronteiras nas quais “a memória se torna história”, ou, inversamente, aqueles gêneros ou situações nos quais a história praticamente se constrói como memória. Se pensarmos, com Jaques Le Goff (1991, p.434), nas antigas civilizações nas quais os soberanos mandavam gravar na pedra os seus anais – de modo a eternizar a narrativa dos seus feitos – ou então nos gêneros historiográficos assemelhados às crônicas medievais, estaremos nos movimentando em algumas dessas fronteiras nas quais Memória e História parecem se intercalar. Mesmo com Heródoto, que vai muito além do mero registro de Anais e já se propõe a fundar um novo campo de saber e de investigação – sendo por isso considerado o pai da historiografia – a História parece nascer da Memória, ou ao menos se estabelecer no mundo grego umbilicalmente ligado a esta, já que o principal objetivo da História, conforme formulado por Heródoto, era evitar que fossem esquecidas “as grandes façanhas dos gregos e dos bárbaros”. Tratava-se de preservar aquilo que merecia ser lembrado daquele que parecia ser o destino comum a todas as coisas, que era ser apagado pelo Lethes, o “rio do esquecimento”⁵. A historiografia grega fundada por Heródoto traz assim, como principal referencial, a *anamnese*.

De todo modo, diante da constituição da Memória Social nos tempos recentes como novo campo de saber, que visa a refletir cientificamente sobre os fenômenos e práticas relacionados à memória coletiva, e acompanhando os modernos desenvolvimentos da Historiografia como disciplina que reflete analiticamente sobre a História-Efetiva, torna-se certamente obrigatório pensar e repensar as diferenças entre os dois campos. Em vista disso, para seguirmos adiante, será oportuno relacionar quais são as singularidades da Memória

Coletiva que a contrapõem à História, o que desde já implica em nos aproximarmos da formação de um novo conceito ainda na primeira metade do século XX: o de “memória coletiva”.

Memória e História: Interações e Delineamentos Conceituais

Como conceito significativo para os recentes desenvolvimentos das ciências humanas, a noção de Memória tem sofrido ressignificações bastante importantes. Para entendê-las, partiremos de algumas considerações ainda sobre a Memória Individual, buscando perceber como certos modos de conceber a memória do indivíduo contaminaram, em algum momento, os modos de perceber a Memória Coletiva, que aqui será nosso principal foco de interesses. Mais adiante, depois de pontuar estas relações, retornaremos aos momentos de fundação desse conceito, evocando reflexões pioneiras como a de Maurice Halbwachs (1968).

Memória, na sua designação mais habitual, vulgar e cotidiana, corresponde muito habitualmente a um processo parcial e limitado de lembrar fatos passados, ou aquilo que um indivíduo representa como passado. Considera-se ainda – e sempre é bom frisar que logo estaremos submetendo estas significações de Memória a uma crítica e a uma problematização – que de um ponto de vista biológico a memória humana, seja a “memória recente” ou a chamada “memória permanente” que se localiza no hipocampo, corresponderia a um processo que não permite precisão, uma vez que envolve esquecimentos, distorções, reconstruções, omissões, parcialidades, hesitações. Há ainda uma significação vulgar que remete à Memória a uma categoria estática relacionada à imagem de depósito de dados. A Memória surge então como mera atualização mecânica de vestígios.

Vejamos esses elementos, por partes, de modo a problematizá-los. A Memória, um tanto ambigualmente, seria ao mesmo tempo estática e imprecisa, parcial e distorcida, passiva e não-criadora. Significações vulgares como essas, normalmente aplicadas à Memória Individual, cedo contaminaram a idéia de Memória Coletiva. Também essa teria parecido a alguns dos profissionais que lidam com os registros humanos como uma expressão que deveria ser oposta à noção de História (no sentido de Historiografia). De fato, se a Memória Coletiva era encarada como um “depósito de informações”, de dados, de lembranças passivas, não problematizadas, era até certo modo natural que, diante de uma significação como essa, a noção de Memória fosse contraposta assimetricamente à idéia de História, esta entendida como um campo de conhecimento necessariamente problematizador. A Memória era o “lado

pobre”, por assim dizer, e quando muito poderia ser utilizada pela Historiografia como um canteiro de fontes historiográficas.

A questão, em termos não muito diferenciados desses, era já levantada por José Honório Rodrigues no seu livro *Filosofia e História*, republicado em 1981. Afonso Carlos Marques dos Santos, em um artigo publicado na revista *Tempo Brasileiro* de 1986, retoma criticamente a seguinte passagem de José Honório Rodrigues:

[...] a memória é depósito de dados, naturalmente estática, pois configura um princípio de conservação, uma simples reprodução dos sucessos anteriores existentes na vida animal superior; a Tradição é o respeito à continuidade dos hábitos, costumes e idéias, é também estática e contém contra si muitos aspectos negativos, ao lado de alguns positivos; só a história é a análise crítica, dinâmica, dialética, julgadora do processo de mudanças e desenvolvimento da sociedade (RODRIGUES, 1981, p.48).

Uma tal concepção de Memória, como o depósito de dados ou a atualização dos vestígios, por vezes imprecisos, já não mais resiste nos dias de hoje à operacionalização no seio das ciências humanas. Isso por vários motivos. Nem mencionaremos já o fato de que há mesmo um campo de estudos, disciplinarmente aceito, e que se intitula “Memória Social”, um campo que deve suas reflexões pioneiras ao ensaio *Memórias Coletivas* publicado por Maurice Halbwachs em 1950, mas que só se institucionalizou academicamente nas últimas décadas. À parte disso, vamos nos concentrar nos aspectos pertinentes aos processos de Memória que desautorizam a depreciação do âmbito da Memória como um universo estático, passivo, e ao mesmo tempo impreciso, pouco útil para a História, a não ser como fontes a serem tratadas com extremo cuidado.

Para começar, devemos lembrar que mesmo a concepção de psicólogos, biólogos e neurologistas sobre o que consistiria a Memória mudou muito nos últimos anos. E também essas mudanças no conceito de Memória Individual (já pontuaremos algumas) contribuiriam para o enriquecimento do conceito de Memória Coletiva. De igual maneira, Jacques Le Goff, verbete “Memória” produzido para a Enciclopédia Einaudi (1990), menciona também a importância trazida pelas novas noções de “memória computacional” e de “memória hereditária”, nesse último aspecto retomando certas considerações desenvolvidas por Jacob em seu ensaio *La logique du vivant. Une histoire de l'héritée*, publicado em 1970.

Apenas para mencionar os progressos no reconhecimento da complexidade da Memória Individual, lembraremos que o estudo dos processos biológicos de produção da memória tem permitido o crescente abandono das concepções que associavam a Memória à

mera atualização mecânica de vestígios. Neste sentido, Changeux (1972, p.356) faz notar que a Memória vem cada vez mais sendo concebida como fenômeno complexo: não envolve apenas a ordenação de vestígios, como também a releitura de vestígios. A memória, e ainda nos referimos aos processos mnemônicos relativos ao Indivíduo, dá-se de maneira ativa e dinâmica, envolvendo diversos aspectos, tal como o “comportamento narrativo”, ressaltado como fundamental por Pierre Janet e também por Flores em seu ensaio de 1972 sobre *A Memória* (p.12). Com isso, vemos que a Memória, mesmo no âmbito da vida biológica individual, vai deixando de ser concebida como passiva para cada vez mais ser compreendida como um processo ativo, dinâmico, complexo, interativo.

Mas a pedra de toque das pesquisas e reflexões mais recentes sobre a Memória Individual, um tanto paradoxalmente, foi a compreensão de que, mesmo essa Memória Individual sempre envolve importantes dimensões coletivas. Se a memória envolve um comportamento narrativo, e a “narratividade” é necessariamente um processo mediado pela Linguagem – esta que em última instância é produto da Sociedade – tem-se aqui maior clareza de como a dimensão coletiva também interfere na Memória individual. Para além disso, com a consubstanciação da Memória através da linguagem – falada ou escrita – a Memória abandona o campo da experiência perceptiva individual e adquire a possibilidade de ser comunicada, isto é, socializada.

Foi assim que tanto a dimensão da Memória Coletiva contribuiu para permitir uma abordagem mais complexa da Memória Individual, como as crescentes descobertas científicas sobre a Memória Individual também produziram motivações importantes para uma ressignificação da noção de Memória Coletiva. É assim que, nos dias de hoje, a reflexão sobre a Memória Coletiva tem sido recebida na maior parte dos setores historiográficos de uma nova maneira. Desautorizando posicionamentos como o ilustrado no início deste texto pelas considerações de José Honório Rodrigues sobre os contrastes entre Memória e História, tem-se um novo campo de significações para a Memória Coletiva. Esta se refere não apenas a esse processo de registro de acontecimentos pela experiência humana, como também à construção de referenciais sobre o passado e sobre o presente de diferentes grupos sociais e sob a perspectiva de diferentes grupos sociais, ancorados nas tradições e intimamente associados a mudanças culturais.

Outro aspecto crítico no texto de José Honório Rodrigues, tal como assinala Afonso Marques dos Santos, refere-se ao terceiro elemento do tripé Memória, História, Tradição. A “Tradição” era vista por José Honório Rodrigues de acordo com uma significação que a

relacionava ao respeito à continuidade dos hábitos, costumes e idéias, é também estática e contém contra si muitos aspectos negativos, ao lado de alguns positivos. Eric Hobsbawm e Terence Ranger já estudaram amplamente a possibilidade de um caráter construtivo e dinâmico que assinala uma “Invenção das Tradições” (1998), mostrando que é possível a invenção de uma tradição estável em curto espaço de tempo a partir de vários exemplos históricos. Essa nova perspectiva inviabilizaria igualmente considerar a “tradição” como “estática”, ou mesmo enquadrá-la no necessariamente no plano de maior extensão temporal das mudanças que se dão muito lentamente, em uma perspectiva rítmica de “longa duração”. O estudo das “tradições” tem se mostrado de grande riqueza e complexidade para os historiadores, e Peter Burke, no ensaio de 2004 que lança como título a indagação “O que é História Cultural”, registra casos em que tanto a inovação mascara a tradição, como aqueles em que a tradição mascara a inovação (BURKE, 2005, p.39).

Voltemos de todo modo, para a questão da Memória, que é nosso principal foco de interesse neste momento. Uma perspectiva da memória como campo de criação e dinamismo necessariamente obriga a inverter alguns dos pressupostos de José Honório Rodrigues para uma Memória vista como passiva e pouco móvel. É o que nos mostra Pierre Nora, em suas palavras sobre a Memória:

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações (NORA, 1984, p.XIX).

A questão da Memória como aberta a uma dialética de lembrança e esquecimento, aliás, deixa aqui de ser limitação para a historiografia, e passa a ser fator de enriquecimento de perspectivas. Essa virada na compreensão da Memória apresenta vários desdobramentos para a História: desde uma possibilidade para que a própria Historiografia possa repensar seus pressupostos fundamentais, até as possibilidades de uso da Memória – coletiva ou individual – como fonte histórica. Antes de discutir estes pontos, contudo, retornemos aos primórdios, em busca da formação de um conceito.

A constituição de um conceito

O pioneiro na reflexão mais sistemática sobre a memória coletiva é certamente Maurice Halbwachs, com seu ensaio de 1925 sobre *Os Contextos Sociais da Memória* – texto no qual ainda aparecia como um autêntico durkheimiano – e, posteriormente, com seu ensaio *A Memória Coletiva* (1968). Há, claro, autores anteriores que já tangenciam a questão, como o Bergson de “Matéria e Memória”, publicado ainda em 1896 e instigador de todo um ciclo literário subsequente que pode ser exemplificado pela produção literária do Marcel Proust de *Em Busca do Tempo Perdido* (1913-1927). Mas é mesmo com Maurice Halbwachs que começa a se constituir um novo campo de estudos, prenúncio de uma futura disciplina relacionada à Memória Social, e pronto a situar interdisciplinarmente áreas do saber como a História, a Antropologia, a Psicologia, o Folclorismo, a Crítica Literária. Todo esse campo de interconexões disciplinares – somente possível a partir da afirmação mais efetiva das ciências sociais na primeira metade do século XX em novos espaços como as revistas interdisciplinares e um novo espírito de diálogo acadêmico entre pesquisadores de esferas diferenciadas – seria imprescindível para que a Memória Coletiva pudesse ser captada não mais apenas na palavra escrita, mas no gesto, na imagem, nas festas, ritos, comemorações.

Para iniciar uma sistemática caminhada das ciências humanas na construção de um novo conceito de Memória Coletiva, Maurice Halbwachs propunha ultrapassar o estranhamento original gerado a partir da idéia, bem presente no senso comum, de que uma faculdade como a Memória só poderia “existir e permanecer na medida em que estivesse ligada a um corpo ou a um cérebro individual” (HALBWACHS, 2006, p.71). Sua ideia era a de que as lembranças poderiam ser organizadas de duas maneiras: agrupadas em torno do ponto de vista de uma só pessoa, ou se distribuindo no interior de uma determinada sociedade. Os indivíduos, desse modo, poderiam participar destes dois tipos de memória, e no caso da Memória Coletiva seriam capazes de se comportar como membros de um grupo de modo a evocar lembranças interpessoais.

Halbwachs já refletia nesta época tanto sobre o contraste entre os dois tipos de memória, como sobre a interação e mútua interpenetração de ambas em certas ocasiões, fazendo notar que mesmo a memória individual podia reforçar algumas de suas lembranças, ou mesmo preencher lacunas, apoiando-se na Memória coletiva (2006, p.71). De igual maneira, a Memória Coletiva conteria as memórias individuais, mas não se confundiria com elas, ou sequer com o seu somatório, pois evoluiria segundo suas próprias leis, para utilizar uma expressão do próprio Maurice Halbwachs (2006, p.72). A contribuição ímpar do sociólogo francês, em um de seus níveis, estava em perceber que – longe de ser processo que

apenas se dá no cérebro humano a partir da atualização de vestígios que foram guardados neurologicamente pelos indivíduos, havia uma dimensão social tanto na Memória Individual como na Memória Coletiva. Isso porque mesmo o indivíduo que se empenha em reconstituir e reorganizar suas lembranças irá inevitavelmente recorrer às lembranças de outros, e não apenas olhar para dentro de si mesmo em conexão com um processo meramente fisiológico de reviver mentalmente fatos já vivenciados. Isso sem considerar o que é ainda mais importante: a memória individual requer como instrumental palavras e ideias, e ambas são produzidas no ambiente social. Dito de outra forma, se no caso da Memória Individual são os indivíduos que, em última instância, realizam o ato de lembrar, seriam os grupos sociais que determinariam o que será lembrado, e como será lembrado. Halbwachs também chamava atenção para um aspecto que nos interessará particularmente: a Memória (e tanto a individual como a coletiva) está sempre limitada no espaço e no tempo.

Em um trabalho mais recente, no qual se propõe a refletir sobre “Memória Coletiva e Memória Histórica”, Maurice Halbwachs discute ainda a possibilidade de se considerar outro par conceitual, que opõe a “memória autobiográfica” à “memória histórica” (p.2006, p.73). Suas conclusões irão conduzi-lo às dificuldades de utilização dessa expressão, apontando os seus limites (p.2006, p.100)⁶, mas de todo modo ele conduz o seu conjunto de reflexões como uma descoberta filosófica, partindo de um possível conceito a ser confirmado em sua eficácia operacional, ou não.

A “memória histórica”, ainda que postulada, não deve ser naturalmente confundida com “historiografia”. A “Memória Histórica” seria aquela que é partilhada por todos os indivíduos da sociedade, de modo resumido e esquemático, independente (e mesmo por oposição, diriam depois certos historiadores) da Historiografia profissional. Com relação à comparação entre esta Memória Histórica da qual todos participam e a Memória Autobiográfica, que cada um elabora sobre sua própria vida, Halbwachs faz notar que a Memória Histórica é muito mais extensa (e aqui estamos nos reportando ao tempo de referência) que a Memória Autobiográfica, condicionada basicamente ao período de vida de seu próprio autor. Mas por outro lado, ao esquematismo e caráter resumido da Memória Histórica, a Memória Autobiográfica apresenta ao indivíduo um panorama contínuo e denso de sua própria vida. Esse aspecto adquirirá particularmente uma importância significativa para aqueles que trabalham com a História Oral, e que tem de lidar com essa densidades e complexidade trazidas pela memória auto-biográfica de seus entrevistados.

É claro que – e aqui já podemos inferir uma reflexão importante que não foi desenvolvida por Halbwachs – será importante considerar que, da qualidade da Historiografia desenvolvida pelos historiadores, dependeria a sofisticação desta Memória Histórica disponibilizada para os diversos indivíduos da sociedade. Mesmo esquemática ou resumida, a qualidade desse esquema depende também de um trabalho que, a seu tempo, os historiadores difundem na sociedade. Mas a Memória Histórica é também produzida nos meios políticos, com vistas a determinados interesses, nos grandes sistemas de comunicação- em uma “Cultura Histórica”, enfim, que embora inclua a historiografia não se resume a ela, encontrando ainda muitos outros lugares de produção como os museus, os monumentos, as comemorações, a difusão de mitos, apenas para citar algumas das instâncias que contribuem para a instituição de uma complexa “Cultura Histórica”.

Voltando às reflexões sobre o contraste entre Memória autobiográfica e aquilo que poderia vir a ser conceituado como uma “Memória Histórica” nas reflexões desenvolvidas por Maurice Halbwachs, encontraremos aqui uma certa concepção acerca do Tempo que envolve estas experiências. O “tempo social”, ao qual remonta a Memória Histórica, seria exterior às durações vividas pelas consciências (2006, p.75). Aqui, o sociólogo francês acompanha – embora sem enunciá-lo e sem registrar esta discussão filosófica – o contraste que tem sido contraposto na filosofia entre o Tempo Físico, pensado por Aristóteles, e o Tempo Filosófico – o tempo da alma, que vai encontrar no livro XI das *Confissões* de Santo Agostinho o seu modelo mais clássico. O tempo da Memória Histórica é o tempo do “calendário”, uma das mediações examinadas por Koselleck em seu livro *Futuro Passado – contribuição à semântica dos tempos históricos* (1979). Halbwachs procura imaginar as vidas humanas – essas diversas consciências sociais que produzem tanto a memória individual como a memória coletiva – como se essas estivessem “postas na superfície dos corpos sociais” e destinadas a segui-los “em suas revoluções, experimentando as repercussões dos seus abalos” (HALBWACHS, 2006, p.75). Nesse quadro, um acontecimento – a partir de um processo de escolha coletiva – só tomaria o seu lugar na série dos fatos históricos algum tempo depois de ter ocorrido. A Memória Histórica, conjuntamente com o seu Tempo, seria constantemente reconstruída ou reatualizada pela coletividade. Esse tempo cronológico, contudo, não é vivenciado pelo indivíduo senão como um dado exterior, tal como propõe o sociólogo francês nesta passagem:

Os acontecimentos e as datas que constituem a própria substância da vida do grupo não podem ser para o indivíduo mais do que sinais exteriores, aos quais ele não se relaciona a não ser sob a condição de se afastar de si (HALBWACHS, 2006, p.75).

As conclusões de Halbwachs tendem a se confrontar contra as tentativas e possibilidades de se falar em uma Memória Histórica, embora reforcem e ofereçam gradual apoio à constituição de um conceito de Memória Coletiva. Certamente que, no âmbito das primeiras reflexões de Maurice Halbwachs sobre a Memória Coletiva, o entendimento que o sociólogo tem da História (historiografia) é ainda muito durkheimiano. A história ainda pode aparecer como “a compilação dos fatos que ocuparam maior lugar na memória dos homens” (HALBWACHS, 2006, p.100) e não passa ainda pelo campo de considerações. De Halbwachs a “História do Tempo Presente”, que ainda iria demorar para se apresentar à historiografia como importante modalidade histórica pronta a lançar mão de fontes da cultura oral e, portanto, da memória humana⁷. Essa restrição da História a um estudo de um passado distanciado, que, aliás, não eram incomuns na época em que Halbwachs desenvolve suas primeiras formulações sobre o conceito de Memória Coletiva (anos 1920), levam-no a opor mais radicalmente História e Memória, pois esta é vista por Halbwachs como indissociavelmente ligada à sensação de o que é memorizado remonta a lembranças de um movimento contínuo. Assim, pergunta o sociólogo francês, “como poderia a história ser uma memória, se há uma interrupção entre a sociedade que lê essa história e os grupos de testemunhas e atores, outrora, de acontecimentos que nela são narrados?” (HALBWACHS, 2006, p.101).

As reflexões sistemáticas de Halbwachs sobre a Memória Coletiva, enfim, tendem a criar algumas tensões com relação à Historiografia, em especial com vistas a um conceito ainda limitado de História que iria se superado nas últimas décadas do século XX. Entre os traços que distinguiriam essencialmente Memória de História (e, portanto, dificultariam a possibilidade de se falar em uma “memória histórica”) estaria a “continuidade”, característica de toda Memória (no sentido de que a memória se associa a uma corrente de pensamento contínuo), por oposição à “descontinuidade” envolvida na operação historiográfica (2006, p.102)⁸. Há aqui uma visão da História que já é de certo modo estrutural, o que é certamente fruto dos diálogos de Halbwachs com Marc Bloch e Lucien Febvre, com os quais convivera na Universidade de Estrasburgo, e as estruturas parecem se situar em relação de descontinuidade umas em relação às outras, o que contrasta com a sensação de continuidade da qual vive a Memória. Desnecessário dizer que os anos 1970 trariam outras histórias, para

além do padrão estrutural que a escola dos Annales difundiu com tanta eficiência entre as décadas de 1930 e os primeiros anos de 1970.

No contexto de uma compreensão da História como sucessão de estruturas, o papel da Memória Coletiva adquire extrema relevância, exatamente porque pode cumprir uma função social de religar tradições e re-estabelecer continuidades que a historiografia não oferece e que a História-Efetiva pode contestar através de circunstâncias acontecimentais. Halbwachs dá o exemplo de momentos em que são fortemente abalados os alicerces de uma época anterior e uma nova a sucede (podia estar pensando, inclusive, em períodos revolucionários como o da Revolução Francesa). Em um mundo que se renovou e que produziu uma humanidade associada à nova era e um setor de humanidade retardatário e ligado a um mundo que já não existe mais, afora as mediações possíveis, a sociedade precisa criar os recursos para seguir adiante, incluindo todos. A Memória Coletiva, recriando os seus valores e restabelecendo pontes, renovando suas lembranças e reclassificando os seus esquecimentos, introduzindo também o novo no velho e o velho no novo, criando uma necessária ilusão de continuidade, enfim, ofereceria um chão e um céu de continuidades aos homens de períodos críticos em que uma estrutura parece passar a outra. Halbwachs assim se expressa, em certo trecho do ensaio em que opõe “Memória Coletiva e Memória Histórica”:

Quem sabe se, depois de uma guerra, de uma revolução que tenha escavado um fosso entre duas sociedades, como se houvesse desaparecido uma geração intermediária, a sociedade jovem ou a parte jovem da sociedade, em harmonia com a porção idosa, não se preocupa principalmente em apagar os traços dessa ruptura, em reaproximar gerações extremas, e, apesar de tudo, manter a continuidade da evolução? É preciso que a sociedade viva; mesmo que as instituições sociais estejam profundamente transformadas, e então, sobretudo quando estiverem, o melhor meio de fazer com que elas criem raízes é fortalecê-las com tudo o que se puder aproveitar de tradições. Aí, logo depois dessas crises, repetimos: temos de recomeçar no ponto onde fomos interrompidos, é preciso retomar as coisas a partir do início. Em pouco tempo, imaginamos que nada mudou porque reatamos o fio da continuidade. Esta ilusão, da qual logo nos livraremos, pelo menos terá permitido que passemos de uma etapa a outra, sem que em momento algum a memória coletiva tenha sentido qualquer interrupção (HALBWACHS, 2006, p.104).

A Memória Coletiva, é o que nos diz Halbwachs mais adiante, é na verdade feita também de descontinuidades, mas só que descontinuidades discretas facilmente disfarçáveis em continuidade. Desse modo, ela assegura a sensação humana e social de unidade, e permite que se atravesse mesmo os períodos históricos mais transformadores. A Memória Coletiva, enfim, faz-se através dos seres humanos que a carregam, vive mesmo dos grupos sociais que são os seus portadores, e Halbwachs ressalta que quando ela “esquece uma quantidade tão

grande de fatos e personalidades antigas, é porque os grupos que guardavam sua lembrança desapareceram” (2006, p.105).

O segundo traço de distinção entre os campos da Memória e da História remetem ao fato de que, a princípio, só existiria uma única História (um único fluxo histórico, uma única totalidade histórica, por assim dizer), mas de fato existiriam muitas Memórias Coletivas. Claro, Halbwachs trabalha aqui com certa concepção de História, que é a mesma dos Annales e das historiografias marxistas de sua época, e ainda não pode sequer considerar as historiografias plurais (voltadas para e abordando grupos específicos como o movimento negro, o movimento feminista, os ecologistas, as etnias, e assim por diante). A eclosão das histórias plurais ainda estava longe, e ocorreria concomitantemente ao movimento da pós-modernidade historiográfica. Por outro lado, também não parece ser considerada por Halbwachs a perspectiva historicista mais relativista que já existia no período de seus escritos sobre Memória. A perspectiva de Halbwachs sobre a Historiografia tende ao positivismo, à idéia de uma história universal que remonta ao iluminismo. O universalismo positivista, durkheimiano em Halbwachs, aparece aqui. Mas não é incompatível com a nova tendência que então surgia na historiografia francesa, a da Escola dos Annales. De todo modo, quando Halbwachs fala em uma “história única” para sustentar a distinção entre História e Memória, não é tanto na Historiografia que ele pensa, e sim na História-Efetiva⁹. Ao lado da História única, e fluindo nesta através de múltiplas direções, existiriam muitas memórias coletivas, e não uma única Memória Coletiva.

Em contrapartida ao universalismo possível de ser pensado para a História, o sociólogo francês ressalta que seria impensável a ideia de uma “memória universal”, uma vez que “toda memória coletiva tem como suporte um grupo limitado no tempo e no espaço” (HALBWACHS, 2006, p.106). Assim, a realidade social nos oferece um número indefinido de grupos, cada qual com a sua memória coletiva, entrelaçando-se em uma rede social extremamente complexa. Grupos se opõem uns aos outros, incluem-se e excluem-se mutuamente, segmentam-se uns a partir de outro, avançam paralelamente ou entrelaçadamente no tempo, convivem no mesmo espaço social. Cada indivíduo participa na verdade de muitos grupos, cada qual com a sua memória: a vizinhança, o trabalho, o grupo ao que pertenceu na fase escolar, e ao mesmo tempo grupos maiores que também trazem a sua memória coletiva: a religião, a nação, a carreira profissional. A Memória Coletiva não é de fato única, e somente se pode falar esta expressão no singular como recurso discursivo para a identificação e delineamento de um campo, porque há na verdade inúmeras memórias

coletivas. Eis, segundo Halbwachs, o segundo traço que diferencia radicalmente a História da Memória Coletiva.

É interessante confrontar a ideia expressa por Halbwachs de que, ao examinar seu passado, o grupo percebe que tem continuado o mesmo e, dessa forma, adquire “consciência de sua identidade através do tempo” (HALBWACHS, 2006, p.109). A memória coletiva produzida por um grupo, em casos como esse, não estaria muito distinta das histórias plurais da historiografia do período pós-moderno, na qual surgem as histórias nas quais um movimento, uma etnia ou qualquer outro tipo de grupo produz uma história de si para si: a história do movimento negro, do movimento *gay*, do feminismo, a história de seitas religiosas, de etnias específicas, de famílias, de categorias profissionais, de partidos políticos, e tantas outras histórias imagináveis. Estaríamos aqui diante de histórias ou de memórias coletivas? De qualquer maneira, não mais se impõe aqui o contraste, a incompatibilidade entre uma História de tendência universalista e uma Memória Coletiva que é na verdade plural.

A oposição entre a Historiografia e a Memória Coletiva produzida em cada grupo é também uma posição entre ênfase na mudança e ênfase na continuidade. Para utilizar uma expressão de Halbwachs, a história seria um “painel de mudanças” (2006, p.109), mas - enquanto isso - a Memória Coletiva (as memórias coletivas) tende a se constituir em “painel de semelhanças”, a enfatizar as permanências, o que traz identidade ao grupo. Se a mudança ocorrida no tempo de existência do grupo, ou em virtude de algum acontecimento emblemático, tornar-se por demais radical, ocorre uma ruptura: podem nesse caso seguir os mesmos atores sociais, mas formar-se-á um novo grupo, com uma nova memória coletiva a ser reconstruída que incorporará traços da outra, mas será radicalmente nova, no sentido de um novo recomeço.

Distinção também colocada para situar o contraste entre História e Memória é que esta examina os grupos de dentro, enquanto a História os examina de fora, Dessa maneira, pode a História unificar as histórias particulares, por assim dizer, em uma história mais ampla. A Memória Coletiva, ao contrário, é produzida a partir de uma visão de dentro do grupo. Será oportuno mais uma vez discutir o fato de que, com as novas possibilidades historiográficas surgidas nas últimas décadas do século XX, esse contraste se atenua muito, não apenas porque surgiram historiadores para cada grupo (no caso das histórias plurais) como também porque surgiram práticas historiográficas polifônicas, destinadas a encaminhar vozes sociais distintas em uma mesma narrativa. Torna-se possível, então, também escrever histórias de dentro dos grupos. Esses elementos viabilizam um diálogo ainda mais intenso na História com a

Memória Coletiva, utilizada agora não mais apenas como fonte, mas também como meio de expressão, como conjunto de vozes sociais a serem retomadas.

A perspectiva de Maurice Halbwachs também tem merecido outras críticas e reconsiderações. Michel Pollak (1989) procura avaliar os desdobramentos de sua tendência a enquadrar as memórias individuais em memórias coletivas, chegando à afirmação de que todas as memórias são coletivas e mesmo à eliminação da possibilidade de uma autonomia do sujeito em relação à estrutura social. Halbwachs ampara-se em uma perspectiva funcionalista e ao mesmo tempo sintonizada com a perspectiva dos Annales de que o passado só se torna compreensivo a partir de sua reconstrução e práticas vividas no presente. Ao defender essa estrutura funcional da memória, Halbwachs mostra como o delineamento do que seria comum ao grupo produz em contrapartida as “diferenças em relação aos outros” e estabelece fronteiras sócio-culturais. No limite, a memória nacional constituiria a forma mais bem acabada e completa de memória coletiva. Para Pollak, contudo, há também aí um risco de uniformização e opressão envolvido, pois o processo de construção da nação através da memória coletiva também pode proceder à exclusão de etnias, grupos e outras formas de identidades (POLLAK, 1989, p.4).

Lugares de Memória: mais um aporte conceitual

Para além da própria constituição de um conceito de Memória Coletiva, que remonta aos primeiros trabalhos de Halbwachs, o novo campo de estudos foi encontrar um novo momento conceitual importante com o desenvolvimento da ideia dos “lugares de memória”. Essa nova entrada conceitual surgiu da necessidade de aprofundar algumas questões. Através de que ambientes, de que recursos, de que práticas e representações, de que suportes materiais se produz e se difunde a memória coletiva? A noção de ‘lugares de memória’ abre uma nova perspectiva em termos de organização e percepção da Memória Coletiva.

O primeiro grande empreendimento teórico e prático nesta direção deve ser atribuído a Pierre Nora e a um grande número de historiadores, sociólogos, antropólogos e memorialistas franceses que se integraram ao projeto coletivo relacionado aos “Lugares de Memória”, que resultaram em sete volumes de textos dedicados à Memória Social na França. Depois do empreendimento pioneiro de Pierre Nora, projetos similares surgiram em outros países europeus, como a Alemanha e a Itália. Através dessa prática, resultante em livros e grandes circuitos de palestras e eventos, o conceito de “lugar de memória” foi encontrando sua definitiva estabilização.

Será oportuno lembrar que, ao lado deste grande movimento de reflexão e preservação dos “lugares de memória”, a nova aproximação do fenômeno da Memória Coletiva liderada por Pierre Nora permitiu um novo delineamento conceitual. De acordo com uma passagem de Pierre Nora retomada por Jacques Le Goff em seu verbete sobre a “Memória”, a Memória Coletiva seria doravante concebida como “o que fica do passado no vivido dos grupos ou o que os grupos fazem do passado” (LE GOFF, 1990. p.472). Com esse novo delineamento de um conceito – atento não apenas ao que se preserva da experiência humana, mas também ao que os grupos sociais fazem desta experiência humana preservada – Pierre Nora irá retomar as antigas oposições entre Memória e História que já haviam sido objeto de reflexão de Maurice Halbwachs.

Quais são, antes de mais nada, os propalados lugares da Memória. Jacques Le Goff os resume, a partir de uma passagem de Pierre Nora, em seu verbete “Memória”:

[há] os lugares topográficos, como os arquivos, as bibliotecas e os museus; lugares monumentais como os cemitérios e arquiteturas; lugares simbólicos como as comemorações, as peregrinações, os aniversários ou os emblemas; lugares funcionais, como os manuais, as autobiografias ou as associações (1990, p.473).

Trata-se, naturalmente, apenas de uma pequena lista exemplificativa. Na célebre coleção francesa de sete volumes publicada sob a direção de Pierre Nora, uma consulta aos sumários de cada volume revela de imediato a complexidade e extensão envolvida pelos lugares de memória. Símbolos, Monumentos, a Pedagogia com suas enciclopédias e dicionários, as Heranças como os santuários régios e as relíquias monásticas, as Paisagens, o Patrimônio, o Território e mesmo a própria Língua, que realiza memória em si mesma ao trazer consigo traços de grupos específicos e da humanidade como um todo ... eis aqui um vasto universo de “lugares de memória” que inclui a própria historiografia, seja essa científica ou cronística. Onde existe o humano, pode-se dizer que a Memória estabelece-se, gerando os seus lugares. Desde as células familiares, que organizam sua memória através de recursos os mais diversos como as genealogias e os álbuns de fotografias, até as grandes Nações que erguem museus e arquivos para dar visibilidade à sua própria identidade, a Memória apresenta definitivamente muitos “lugares”.

Mas há, por fim, aquilo que poderíamos chamar de ‘lugares por trás dos lugares’, aqueles nos quais iremos encontrar não a produção ou elaboração da memória coletiva, mas os seus criadores maiores, as forças que impõem a memória coletiva de modos diversos, gerando os lugares de memória mais específicos. São esses ‘lugares por trás dos lugares’ “os

Estados, os meios sociais e políticos, as comunidades de experiências históricas ou de gerações, levadas a constituir os seus arquivos em função dos usos diferentes que fazem da memória” (LE GOFF, 1990, p.473).

Entre os grandes lugares, pólos importantes de investimento para estas forças maiores que determinam a memória, estão aqueles espaços sócio-culturais que Leroi-Gourhan denominou “Instituições-Memória” (1964-65, p.67-8). Começaremos pelos grandes arquivos nacionais. Sabe-se de arquivos reais desde as antigas civilizações, dos quais nos dão exemplos os arquivos reais do palácio de Ougarit, na antiga Síria, ou as numerosas tabuletas ordenadas encontradas no palácio de Mari, entre tantos casos examinados por Leroi-Gourhan. Mas é com um novo sentido que o século XVIII já começa a instituir, ainda timidamente, seus depósitos centrais de arquivos, e mais como desdobramentos da erudição régia do que por necessidades voltadas para a construção da identidade nacional, o que ocorrerá decididamente na França a partir da Revolução Francesa e, nos demais países da Europa, logo após o período da Restauração. Um desenvolvimento inteiramente análogo é o que instituirá os Museus. Também discretamente instaurados a partir de meados do século XVIII, é também a partir da Revolução Francesa que se inicia a era dos museus nacionais (LE GOFF, 1990, p.464).

Entre os lugares da memória “simbólicos”, destacam-se esses grandes e por vezes ruidosos empreendimentos voltados para a memória coletiva que são as comemorações, tal como a comemoração anual da tomada da Bastilha em 14 de julho, e particularmente a grande comemoração que ocorreu em 1989, assinalando os duzentos anos da Revolução Francesa. Na verdade, a tradição firma-se já a partir dos próprios tempos da Revolução Francesa, tal como nos mostram as pesquisas de Mona Ozouf (1976) e de Rosemonde Sanson (1976), e a história das festas revolucionárias revelará uma interessante dialética de lembranças e esquecimentos nos quais, no decurso dos vários períodos, alguns episódios emergem em detrimento de outros e depois recaem novamente no esquecimento, para atender aos interesses políticos de um novo momento (OZOUF, 1976). A própria comemoração da Revolução Francesa, como um todo, desaparece sob Napoleão e reaparece em 1880, tal como assinala Rosemonde Sanson sua pesquisa sobre *A Festa e a Consciência Nacional* (1976). A comemoração, desse modo, é desde já um importante “lugar de memória”, um momento em que se atualiza o grande evento, de importância para a formação e preservação da Identidade da população que o tornou emblemático, ou em vista de projetos políticos que buscam direcionar a opinião pública para suas próprias finalidades, do que nos dão fartos exemplos as festas na Alemanha Nazista e na Itália Fascista.

Se a comemoração é lugar de memória, curiosamente a “descomemoração” também pode sê-lo. Ian McBride, em *History and Memory in Modern Ireland* (2001) chama atenção para a Guerra de memórias que se instaura entre protestantes e católicos irlandeses, estabelecendo-se entre esses a tradição da “descomemoração explosiva”, que consiste em destruir através do vandalismo espontâneo ou do terrorismo bem planejado os monumentos ou estátuas erguidos pelos católicos. Surge aqui a noção de uma “contramemória”, ela mesma um lugar a mais, também discutido na coletânea dirigida por Pierre Nora.

As chamadas ‘memórias históricas’ também constituem capítulo importante para o grande universo da Memória Coletiva, e levam a repensar mais uma vez o seu papel na sociedade. Quando surge este vivo interesse em recuperar certas “memórias históricas”, senão no contexto de um tempo acelerado em que as identidades se vêm ameaçadas? A história e a memória entrelaçam-se nas “memórias históricas” para preencher uma função importante: quando a memória viva de determinados processos e acontecimentos começa a se dissolver através do desaparecimento natural das gerações que os vivenciaram, começa a se tornar ainda mais necessário um movimento de registro destas memórias. Foi assim, por exemplo, que se intensificou o interesse pela produção das “memórias do holocausto”. Assegurar o registro desses acontecimentos tão trágicos é também uma forma de adquirir controle sobre eles, de impedir que um dia se repitam, que caiam no esquecimento e que deixem de ser analisados criticamente.

Entre os objetos materiais e textuais da memória, os Dicionários e Enciclopédias ocupam um lugar de destaque, e podem ser descritos como vastos registros de memória parcelada ordenados alfabeticamente. Conforme os estudos de Leroi-Gourhan, os dicionários e enciclopédias invadem o cenário dos lugares de memória já no século XVIII, (1964-65, p.70-71). No princípio, os dicionários dirigem-se não apenas aos eruditos, mas também aos artesãos e às fábricas, e a *Grande Enciclopédia* de 1751 é descrita por Leroi-Gourhan como “uma série de pequenos manuais reunidos no dicionário”, ou como “uma memória alfabética parcelar na qual cada engrenagem isolada contém uma parte animada da memória total” (1964-65, p.70-71). Le Goff lança uma instigante questão: não terá sido a Enciclopédia o grande detonador da Revolução? (LE GOFF, 1990, p.461).

A emergência dos Dicionários e Enciclopédias ao primeiro plano dos lugares de memória no século XVIII lança luz obre uma questão importante para os historiadores da memória, que é precisamente a da dinâmica da dialética de lembranças e esquecimentos que se atualiza na Memória Coletiva, fazendo surgirem novos lugares de memória em detrimento

de outros, e deslocando certos lugares de memória do centro para a periferia, e vice-versa. Assim, ao mesmo tempo em que no século XVIII entram em ascensão os Dicionários e Enciclopédias – esses pólos para a acumulação de uma memória parcelada que se dirige aos “vivos” – já neste mesmo período entre em franco declínio a comemoração dos mortos, e os túmulos, mesmo os dos reis, tornam-se muito simples no decurso de um processo que se inicia no século XVII e se conclui no final do século XVIII (LE GOFF, 1990, p.461). Vovelle intui que, no período das Luzes, manifesta-se de alguma maneira uma intenção de “eliminar a morte”; mas imediatamente depois da Revolução Francesa assiste-se ao retorno da memória dos mortos, e reinicia-se uma era de cemitérios, monumentalização de túmulos, profusão de inscrições literárias e proliferação de práticas de culto aos mortos através de visitas aos cemitérios (VOVELLE, 1974). O Romantismo, por fim, irá acentuar ainda mais essa tendência. Esse exemplo é particularmente interessante. Mostra-nos um pouco da dialética de lembranças e esquecimentos da Memória Coletiva, reatualizando nos seus vários momentos o que se torna importante e o que se torna secundário em termos de objetos de “memoração”, de “rememoração”, de “comemoração” e de práticas de memória.

Ainda entre os pequenos objetos de memória, um verdadeiro arsenal se estabelece em função das práticas comemorativas: selos, moedas, medalhas, bandeiras, placas e inscrições comemorativas. Todos esses objetos de memória, obviamente, podem vir a se tornar fontes privilegiadas para os historiadores. Exemplificam a imposição da Memória dos estados e das nações através dos pequenos objetos. Mas, passando do plano “macro” à “escala micro”, também a Família, no recesso e na intimidade do Lar, desenvolve seus próprios recursos. Vale-se, por exemplo, da fotografia, conforme revelam os sistemáticos estudos de Pierre Bourdieu sobre os álbuns de família (1965). Mas, eis-nos de volta ao “macro” através dessa mesma Fotografia, uma vez que os estados e os grupamentos sociais mais amplos também a utilizam. Há até mesmo uma sofisticada engenharia da memória que se torna possível através da deformação da fotografia, como bem nos mostrou o stalinismo algumas vezes ao incluir e excluir certas figuras políticas de um mesmo retrato em momentos históricos e políticos diversificados. Na Literatura, o tema foi habilmente desenvolvido por George Orwell no romance *1984*, uma crítica a todas as formas de totalitarismos, mas também uma imaginação acerca das possibilidades de reconstrução da memória.

A noção dos “lugares de memória” apresenta, portanto, desenvolvimentos praticamente infinitos, e poderíamos ainda lembrar que os avanços dos estudos da Genética permitiram um controle extremamente preciso sobre a “memória da hereditariedade”. É

possível, hoje, reconstituir através de pesquisas sobre o DNA a história biológica e populacional dos diversificados grupos humanos, permitindo atingir a aventura humana no período que habitualmente é classificado como pré-história. A “memória genética” da espécie humana, dessa maneira, torna-se uma instância a mais que pode ser acompanhada pelos historiadores. As potencialidades da combinação de estudos de Memória Coletiva e da análise da memória hereditária são instigadores: pode-se imaginar o quanto o rastreamento das descendências e interações entre grupos populacionais, hoje bastante exequível através da análise das contribuições genéticas presentes no DNA de grupos humanos, pode proporcionar uma melhor compreensão das narrativas míticas e outros produtos da Memória Coletiva.

Sobre os lugares de memória, desde que começaram na década de 1980 a surgirem os primeiros grandes empreendimentos teóricos sobre esta questão, logo após a experiência francesa da coleção dirigida por Pierre Nora, pode-se dizer tem-se verificado também a multiplicação destes lugares nas práticas sociais. François Hartog, ao mesmo tempo em que discute o “presentismo” de nossa época em seu ensaio *Regimes de Historicidade* (2003), aborda a obstinada memorialização dos diversos lugares sociais que parece se afirmar como um traço marcante dos últimos tempos.

Questões Contemporâneas e Problemas da Memória

A Memória tem se redesenhado no quadro das preocupações contemporâneas como uma de suas principais temáticas. Ela aparece tematizada tanto na ensaística como na literatura, ou mesmo no Cinema, em filmes como *Blade Runner* ou *Dark City*. As preocupações constantes com as questões da Memória são sintomas do fenômeno que Andreas Huyssen (m.1942) chamou de “inflação da memória” na coletânea de ensaios intitulados *Seduzidos pela Memória: Arquitetura, Monumentos, Mídia* (2000). De acordo com Huyssen, vivemos uma época em que se inverteu o grande paradigma que havia vigorado do Renascimento ao Modernismo, no qual as expectativas voltavam-se para o futuro, e agora o passado-presente de um mundo sem expectativas do futuro expressa-se, entre outros fatores, por uma compulsão pelo arquivo, pela monumentalização do Passado e pela busca incessante de registro da Memória (HUYSSSEN, 2000, p.9). Particularmente após a queda do muro de Berlim, marco de um novo período mundial, teria começado a ocorrer uma expansão global de uma cultura e política da Memória. Aspectos análogos também são discutidos por François

Hartog em seu recente ensaio intitulado *Regimes de Historicidade – Presentismo e Experiência do Tempo* (2005).

A inflação da memória, discutida por Huyssen, também é afetada por uma desigualdade na produção da memória no que se refere aos objetos rememorados, tal como atesta Paul Ricoeur. Inspirando-se em um sistema conceitual que traz também referências da psicanálise freudiana, Ricoeur demonstra que essa desigualdade na produção da memória coletiva é muitas vezes afetada pelos “traumatismos da memória” em relação a determinados acontecimentos históricos, de modo que o historiador da Memória deve estar pronto a lidar com os recalques e retornos de recalques. O recalque pode se expressar através do silêncio relativo a um acontecimento vergonhoso ou traumático da memória nacional, mas o retorno do recalque pode, em contrapartida, produzir um excesso de memória¹⁰. Esse excesso pode se expressar também através da historiografia, com a publicação desproporcional de determinados temas, e Ricoeur dá o exemplo de alguns desses sintomas editoriais que revelam as dificuldades do povo francês processar a lembrança histórica do período de ocupação nazista. Mas poderia ser citado o outro lado, o retorno incessante da chamada “querela dos historiadores” na Alemanha, que através de pelo menos quatro vagas de polêmicas desde os fins da Segunda Guerra Mundial tem mostrado o mal-estar da historiografia alemã perante o problema do holocausto e também do envolvimento de grandes empresas alemãs com os empreendimentos nazistas¹¹. É sintomático em relação a essa complexa questão da Memória Coletiva, aliás, o título atribuído pelo historiador Ernst Nolte a um de seus artigos mais polêmicos – “O Passado que não quer passar” – no qual pretende justificar e superar a sensação de culpa dos alemães em relação ao desenvolvimento do Nazismo.

Questão contemporânea interessante na relação entre Memória e História refere-se às assimetrias que também existem relativamente à produção de testemunhos individuais sobre determinado período, o que afeta diretamente a História do Tempo Presente. Alguns períodos também assistem, por vezes, a uma determinada inflação de depoimentos, e outros ao rompimento de silêncios que já perduravam há algum tempo com relação a um ponto traumatizado de memória Michel Pollak recoloca também esta questão em termos de uma dialética entre Memória e Esquecimento, com a conseqüente apropriação da mesma pela historiografia do tempo presente. Referindo-se também à Memória do Holocausto, ele observa uma onda recente de depoimentos que pedem para ser registrados, e que rompem todo um silêncio que já perdurava há algumas décadas:

quarenta anos depois convergem razões políticas e familiares que concorrem para romper esse silêncio: no momento em que as testemunhas oculares sabem que vão desaparecer em breve, elas querem inscrever suas lembranças contra o esquecimento... Por conseguinte, existem nas lembranças de uns e de outros, zonas de sombra, silêncios, 'não ditos' As fronteiras desses silêncios e 'não ditos' com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento. (1989, p.1).

Outros problemas que afetam a Memória também têm sido bem tematizados. A Contaminação da Memória pela História ou por materiais cronísticos previamente conhecidos, por exemplo, constitui uma importante questão a ser considerada com relação aos processos de elaboração da memória coletiva. Peter Burke, em seu livro *O que é História Cultural?* (2004) cita alguns exemplos, entre eles o caso das memórias de soldados que estiveram nas trincheiras britânicas da Primeira Guerra Mundial, e que reconstruíram seus relatos contaminados por um livro muito difundido na época (*O Peregrino*, de John Bunyam), ou ainda o caso da memória coletiva das comunidades protestantes no que se refere ao aspecto da perseguição católica – uma memória que se acha claramente contaminada pelos exemplos bíblicos de perseguição ao povo judeu. Esses aspectos foram examinados em maior detalhe pelo historiador Philippe Joutard em seu ensaio de 1977 intitulado *La Legende des Camisards*¹². Os exemplos mostram como o texto escrito – dos clássicos às escrituras, passando pelos romances modernos – pode contaminar o registro oral das memórias, e depois o novo texto escrito que sobre estas se estabelece, se for o caso.

Por outro lado, Jacques Le Goff (1990, p.473) veio notar que o contrário – a contaminação da História pelas Memórias Coletivas – também acontece, e cada vez mais à medida que adentramos a nova era dos desenvolvimentos midiáticos e da globalização:

[...] toda a evolução do mundo contemporâneo, sob a pressão da história imediata em grande parte fabricada ao acaso pelo média, caminha em direção a um mundo acrescido de memórias coletivas e a história estaria, muito mais que antes ou recentemente, sob pressão dessas memórias coletivas (LE GOFF, 1990, p.473).

A História (historiografia) sofre mais do que nunca pressões pelas bordas, advindas das várias memórias coletivas. Como historiar, sem sofrer indelévels ou explícitas pressões dos movimentos negros, a Escravidão, a Abolição da Escravatura, os movimentos de resistência contra a Escravidão e os progressos contra o preconceito racial – ou mesmo rediscutir o próprio conceito de “Raça”, hoje desautorizado tanto pela biologia como pela antropologia, e, no entanto, tão sociologicamente fortalecido pelos movimentos negros? Como historiar o próprio movimento negro sem se esbater contra a memória coletiva do

movimento negro, de um jeito ou de outro, e como elaborar análises históricas sobre o homossexualismo sem sentir à espreita a memória coletiva do movimento gay, controlando com um olho atento o que será dito?

Da mesma forma a História (agora a História-Efetiva, e não mais a historiografia) é também cada vez mais reconstruída nas versões que circularão pela mídia, e de tal modo contaminada ou mesmo manipulada pelas memórias coletivas, que a própria historiografia já constituiu a partir daí um campo novo: a “história da história”, tal como o nomeia Jacques Le Goff (1990, p.474), e que frequentemente assumirá por tarefa analisar criticamente a manipulação de fenômenos históricos específicos pela memória coletiva. Os fenômenos históricos que um dia haviam sido estudados quase que exclusivamente pelos historiadores, começam a ser examinados de direções várias, a partir de olhares vindos dos vários lugares de memória, e cumpre então aos historiadores analisar a contaminação, a manipulação presente nesse processo.

Merece estudo atento, no Brasil, não mais apenas os movimentos quilombolas, mas a história da história dos quilombolas, interferida pela memória coletiva dos movimentos negros e dos grupos locais que foram classificados como continuidades históricas de grupamentos quilombolas originais. As políticas de tombamento e de apoio a comunidades de resistência antiescravista historicamente localizadas, e a classificação de determinadas comunidades como quilombos, gera certamente a fabricação de uma memória nova, relacionada ao novo grupo que se estabelece ou se refunda sob o peso e o apoio dessa nova ressignificação. Esse grupo, criador de sua memória coletiva, também irá devolver seu quinhão para a reconstrução da história do movimento quilombola como um todo. O olhar crítico do historiador, desse modo, é conclamado a estar atento contras eventuais distorções, manipulações, contaminações da memória coletiva sobre a história. Essas distorções e manipulações, elas mesmas, tornam-se objetos interessantes para a própria história.

As “histórias de histórias” mais antigas, certamente, são aquelas que se referem aos grandes mitos políticos, construídos e reconstruídos inúmeras vezes. Na França, ressalta Le Goff, os historiadores mostram-se nas décadas recentes particularmente atentos para a reconstrução, através da memória coletiva, de grandes personagens como Carlos Magno (FOLZ, 1950) ou Napoleão (TULLARD, 1971); mas há também os acontecimentos, como “A Batalha de Bouvines”, passíveis de serem acompanhados através da série de comemorações nos quais se inscrevem, e cujos traços são perseguidos pelo historiador através de um “conjunto móvel de representações mentais” (DUBY, 1973).

No Brasil, homens como Tiradentes e Duque de Caxias, mulheres como a Princesas Isabel, Leopoldina, ou Carlota Joaquina, são reconvocados sucessivamente para a República, para o Ufanismo da Ditadura Militar, para as crônicas feministas. Isabel ora se torna patrona do movimento antiescravista, ora perde esse patronato e vê sua mão sendo sutilmente empurrada por um movimento maior que conduz o seu pulso. Tiradentes ganha ares de Cristo; Duque de Caxias oscila do herói da pátria ao general sanguinário. Os heróis, certamente, estão entre os pontos de atração que mais se destacam para as constantes reelaborações das memórias coletivas, e também das historiografias que não são mais do que disfarçados exercícios de memórias coletivas que pretendem recompor os seus mitos com vistas a interesses grupais específicos. Zumbi agiganta-se diante de Ganga Zumba. Torna-se fundador de um movimento que irá redefinir, retroativamente, a sua própria história.

Outra situação importante que afeta a historiografia é a da contaminação da documentação histórica pela reconstrução da Memória Coletiva que foi empreendida na época do documento histórico examinado. Assim, por exemplo, Paul Veyne já examinou em maior detalhe a verdadeira “guerra de memórias” que se estabelecia na Roma Imperial, envolvendo a oposição entre os poderes imperial e senatorial. Enquanto os imperadores costumavam confiscar em seu próprio favor a Memória Coletiva, perpetuando seus nomes nos monumentos públicos e nas inscrições que se espalhavam por todo o espaço público, já o Senado Romano costumava encaminhar a operação inversa assim que o Imperador vinha a falecer, empenhando-se, com a *damnatio memoriae*, em devolver ao esquecimento o Imperador ao fazer desaparecer seu nome dos documentos de arquivo e das inscrições monumentais (VEYNE, 1973; LE GOFF, 1990, p.442).

Historiografia e Memória: a Memória como Fonte Histórica

Víramos, no início de nosso texto, que as dificuldades para o estabelecimento do conceito de Memória Coletiva encontravam-se na (falsa) ideia de que a memória era um processo exclusivamente individual. O fato de ser um processo carregado de imprecisões, tateamentos, reconstruções e distorções parecia trazer também tensões para o relacionamento entre Memória e História. Vale ainda lembrar que, como hoje é recorrente a ideia de que a História não deve ter mais a pretensão de estabelecer “os fatos tais como realmente aconteceram”, para lembrar o antigo dito historicista de Ranke, o caráter menos preciso da Memória Individual deixou mesmo de ser um problema maior e passou à possibilidade de ser

elaborado até mesmo como uma riqueza epistemológica pelos historiadores que trabalham de acordo com a perspectiva de uma História-Problema. Isso porque, conforme já veremos, é muitas vezes na imprecisão, na fluidez e nos lugares de distorção e manipulação que se instalam algumas das mais expressivas e reveladoras práticas discursivas, trazendo a nu os seus entreditos e interditos, os silêncios reveladores, os padrões de representações, as ressignificações dos eventos. Com a possibilidade de tratar a Memória como um aspecto a ser problematizado e atravessado por novos questionamentos, e não como mera instância capaz de fornecer informações sobre este ou aquele processo, surgiam as condições e possibilidades para uma nova e importante modalidade da História: a História Oral. Vejamos nesse momento os aspectos que se referem ao tratamento da Memória humana como fonte para a Historiografia.

Com relação ao aspecto da utilização da Memória como “fonte histórica”, persiste ainda nos dias de hoje uma série de polêmicas com relação a como tratar a Memória como fornecedora de materiais para a História, essa vista como ciência ou campo de saber que organiza o conhecimento sobre o passado ou sobre o homem no tempo. Como considerar a memória para a construção de uma interpretação histórica? Como utilizar fontes tidas como registros memorialistas, como as fontes orais, pelos Historiadores.

O uso de relatos orais para a construção de uma reflexão associável à História remonta a tempos bastante recuados. No século XVI, Bernardino de Sahagún, munido da pretensão de entender os povos nativos conquistados pelos espanhóis, resolveu entrevistá-los e registrar seus depoimentos sobre a Conquista da América. Naturalmente que, hoje, à luz do desenvolvimento da História Oral, surge uma reflexão sobre até que ponto o entrevistador não estrutura ou motiva as respostas dos entrevistados em uma determinada direção. Há problemas diversos recorrentes na passagem do registro oral para o registro escrito, na passagem de uma língua a outra, na própria difusão de elementos que pode se dar através de uma determinada maneira de o entrevistador fazer uma pergunta, escolher uma pergunta, impõe determinadas condições ao desenvolvimento da entrevista.

É interessante notar também variou no tempo que a opinião dos historiadores sobre as possibilidades de utilização pela História de fontes orais. No século XVI, como vimos com Bernardino de Sahagún, esse caminho estava aberto aos historiadores e cronistas renascentistas. No século XVIII, declina um pouco a credibilidade historiográfica nos registros orais, sob o peso do padrão de cientificidade e ideais de objetividade almejados pelo Iluminismo. A memória individual, tida como espaço aberto às subjetividades, é colocada sob

suspeição por uma ciência que pretende alcançar a verdade e a objetividade. Da mesma maneira, a Memória, por se abrir a particularismos, também compromete o padrão científico do Iluminismo, que buscava a universalidade.

No século XIX, a desconfiança prossegue em alguns setores da historiografia, sobretudo no seio do Positivismo (que herda os padrões de objetividade e universalismo proposto pelo Iluminismo), mas já há historiadores como Jules Michelet que investem eventualmente nesta possibilidade. Michelet, com relação a isso, entrevistou franceses para coletar impressões, depoimentos e registros de percepções dos franceses de sua época sobre a Revolução Francesa. No seio do Historicismo – a segunda grande corrente historiográfica da época – a utilização dos relatos orais memorialísticos já é mais bem aceita. Mas naturalmente ainda existem desconfianças entre alguns historiadores. Ainda persiste muita desconfiança em relação aos usos historiográficos da Memória, porque a História está buscando se impor como Ciência, como disciplina universitária, como campo profissional que pretende se opor à reflexão sobre o passado e as sociedades que vinha sendo feita por memorialistas, biógrafos, viajantes, literatos, políticos, ou mesmo teólogos. O Historiador, ambicionando se profissionalizar e conquistar um estatuto de Ciência para a sua prática disciplinar, que já tinha conquistado uma cátedra universitária, queria se distinguir bem dos historiógrafos amadores e de todos estes pensadores que trabalhavam sobre o passado humano. Por isso, a Memória enquanto fornecedora de materiais é colocada sob suspeita. O esforço em amparar a História em Documentos – e em um tipo muito específico de documento que é o documento escrito produzido ao nível institucional ou estatal – termina por questionar esse registro mais afetado pela subjetividade, ou que parecia estar mais afetado pela subjetividade, que era o registro ou a coleta de relatos orais para sua utilização historiográfica posterior.

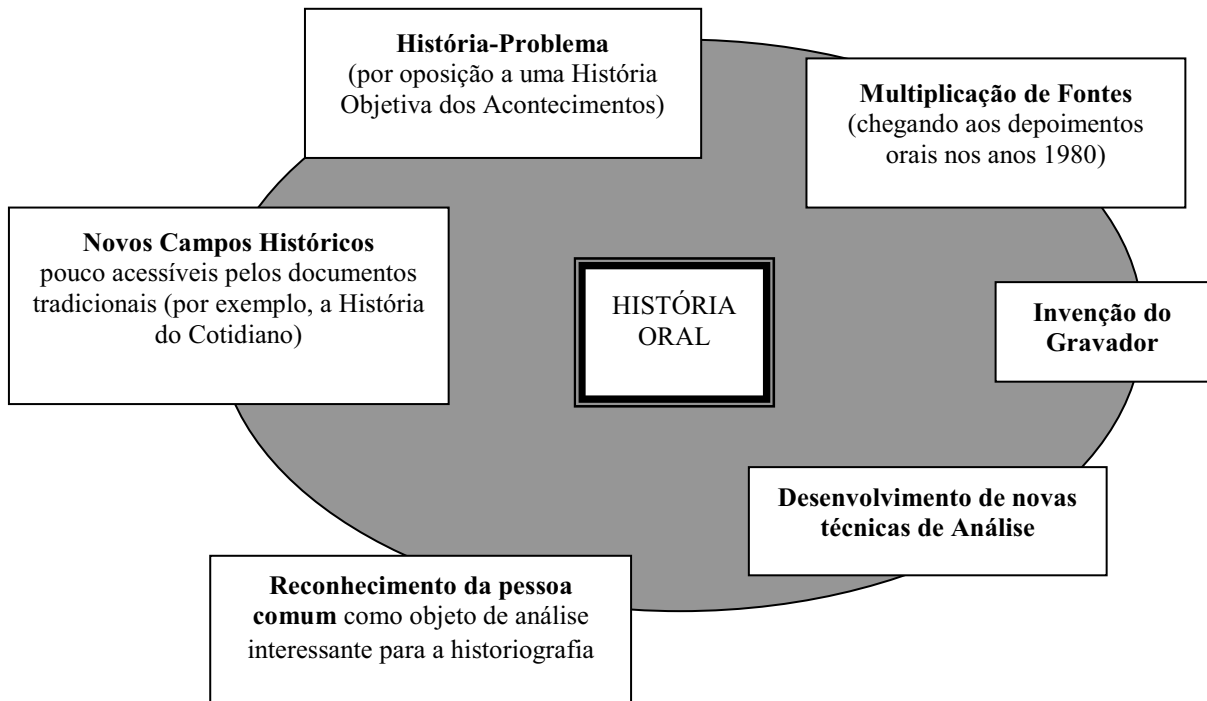
No século XX, os Annales e novos marxismos acionarão um processo de expansão de fontes e objetos de estudo que mais tarde permitirá um resgate maior das relações entre História e relatos produzidos pela Memória. Para captar as pessoas comuns, e não apenas os grandes indivíduos, e também as diversas dimensões da sociedade para além da Política (a Cultura, a Economia, as Mentalidades, etc) estimula-se uma diversificação de fontes, que nas últimas décadas do século XX (particularmente a partir dos anos 1980) vão atingir também os relatos produzidos por Memórias, o que irá ocasionar o surgimento de um novo setor historiográfico: a História Oral. Essa também é reforçada pela nova ênfase na pessoa comum, nos indivíduos que habitualmente estão excluídos, enquanto singularidades, dos documentos escritos oficiais, dos jornais, das crônicas. De igual maneira, a emergência da perspectiva de

uma “História-Problema” também favorece a História Oral, pois como não se pretende recuperar os fatos, mas problematizar os fatos, a multiplicação de perspectivas múltiplas sobre os fatos torna-se bem vinda pelos historiadores. Captar registros múltiplos através de entrevistas e coletas de depoimentos torna-se uma interessante estratégia para multiplicar pontos de vista, confrontá-los, opô-los aos fatos propriamente ditos com vistas a problematizá-los.

A História Oral ganha vigor sob esta nova perspectiva, e começa a gerar os seus próprios lugares institucionais. Suas primeiras experiências institucionais são situadas nos Estados Unidos entre 1952 e 1959, de acordo com a avaliação de J. Goy em seu ensaio sobre *História Oral* para a coletânea-dicionário organizada por Jacques Le Goff e Roger Chartier (1978). Alistair Thomson, em sua intervenção no ensaio coletivo “Os Debates sobre Memória e História: alguns aspectos internacionais” (1994) situa o surgimento da História Oral nos anos 1970, na Grã-Bretanha e na Austrália (THOMSON, FRISCH e HAMILTON, 2002, p.65). De um modo ou de outro, a partir destes focos iniciais a História Oral começa a se difundir pelo mundo inteiro, e a ganhar considerável impulso. Nos anos 1980 cresce o número de historiadores que a utilizam. Nos dias de hoje, a História Oral já é certamente um dos campos historiográficos mais percorridos pelos historiadores. Vale lembrar ainda que a invenção do Gravador no século XX, um recurso tecnológico importante que permitia registrar e guardar depoimentos para posterior análise, criou motivações importantes para o surgimento da História Oral. A seguir, registraremos em um esquema os grandes aspectos que confluíram para uma revalorização da Memória de uma perspectiva historiográfica, com vistas à constituição de um novo campo historiográfico que foi a História Oral.

Naturalmente que, à medida que a História Oral começou a se projetar como modalidade reconhecida nos meios acadêmicos, revitalizaram-se algumas das antigas críticas que sempre foram dirigidas contra a apropriação das memórias individuais como fontes para a compreensão da História. Tal como assinala Alistair Thomson em sua intervenção nos *Debates sobre Memória e História* (1997), “o principal alvo dessas críticas apontava para o fato de que a memória não seria confiável [...] porque era distorcida pela deterioração física e pela nostalgia da velhice, por preconceitos do entrevistador e do entrevistado e pela influência de versões coletivas e retrospectivas do passado” (1994, p.34). Destarte, a História Oral tem conseguido superar todas estas críticas com relação às ambiguidades relacionadas à natureza de suas fontes. O exame dessa trajetória da História Oral no campo da historiografia

contemporânea, superando obstáculos e confrontando seus críticos, deve ser examinado, contudo, em um texto específico, dada a sua complexidade e abrangência.



Referências Bibliográficas

- AGOSTINHO, Santo. “Elevações sobre os Mistérios” In *Confissões*. Livro XI. Petrópolis: Vozes, 2005, 20ª Edição.
- BALANDIER, Georges. *Antropo-logiques*. Paris: PUF, 1974.
- BERGSON, Henri. *Matière et Mémoire*. Paris : Alcan, 1896.
- BARROS, Myriam Moraes Lins de. Memória e família. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, p.29-42, [1998].
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. *Um art moyen. Essai sur lês usages sociaux de La photographie*. Paris : Minui, 1965.
- MCBRIDE, Ian. *History and Memory in Modern Ireland*. Cambridge: 2001.
- BURKE, Peter. *O que é História Cultural?.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- CHANGEUX, J-P. « Discussion a J-P Changeux e A. Danchin. Apprendre par stabilisation sélective de synapses en cours de développement » In MORIN, E e PIATTELLI PALMARINI, M. (orgs). *L'unité de l'homme. Invariants biologiques et universeaux culturels*. Paris: Seuil, 1972. p.351-357.

- DAUMAS, F. *La civilisation de l'Égypte pharaonique*. Paris : Arthaud, 1963.
- DETIENNE, M. *Les maîtres de la vérité dans la Grèce archaïque*. Paris : Maspero, 1967.
- DOSSE François. "Une histoire sociale de la mémoire". *Raison Présente*, numéro 128. Paris, pp. 5-24, 1999.
- DUBY, Georges. *Le dimanche de Bouvines : 27 juillet 1214*. Paris : Gallimard, 1973.
- FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- FLORENS, C. *La mémoire*. Paris : Presses Universitaires, de France, 1972.
- FOLZ, R. *Le souvenir et la légende de Charlemagne dans l'Empire Germanique médiéval*. Paris : Les Belles Lettres, 1950.
- GOODY, J. Mémoire et apprentissage dans les sociétés avec et sans écritures: la transmission du Bagre. *L'Homme*. 1977, p.29-52.
- GOY, J. « Orale (histire) » In LE GOFF, Jacques e CHARTIER, Roger (orgs). *La nouvelle histoire*. Paris : Retz, 1978.
- HALBSWACHS, Maurice. *Mémoire Collective*. Paris: PUF, 1950 (*Memórias Coletivas*. São Paulo: Centauro, 2006).
- HARTOG, François. *Regimes d'historicité. Presentisme et expérience du Temps*. Paris: Seuil, 2003. [ver o capítulo V : « Patrimônio e Presente »]
- HOBSBAWM, Eric e RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- HUYGHEBAERT, H. *Les documents nécrologiques*. Paris : Brepols, 1972.
- HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela Memória. Arquitetura, Monumentos, Midia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- HUYSSSEN, Andreas. *Twilight Memories: Marking Time in a Culture of Amnesia* (1995).
- HUYSSSEN, Andreas. *Present Pasts: Urban Palimpsests and the Politics of Memory* (Cultural Memory in the Present).
- JACOB, F. *La logique du vivant. Une histoire de l'héritée*. Paris: Gallimard, 1970.
- JOUTARD, Philippe. *La Légende des Camisards*. 1977.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado – contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006 [original: 1979].
- LEROI-GOURHAN, A. *Le geste et la parole*, 2 vol. Paris: A. Michel, 1964-1965 [Lisboa: Edições 70, 1981-83]
- LE GOFF, Jacques. « Memória » in *Memória e História*. Campinas: Unicamp, 1990. p.423-483.
- McBRIDE, Ian. *History and Memory in Modern Ireland*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- MORIN, E e PIATTELLI PALMARINI, M. *L'unité de l'homme. Invariants biologiques et universaux culturels*. Paris: Seuil, 1974.
- NORA, Pierre (dir.). *Le lieux de mémoire*. Paris: Quarto Gallimard, 1997. 7 vol.

- NORA, Pierre. « Mémoire collective ». LE GOFF, J., CHARTIER, R. E REVEL, J. (orgs). *La nouvelle histoire*. Paris: Retz, 1978.
- NORA, Pierre. « Entre mémoire et histoire : la problématique des lieux ». In GERON, Charles-Robert. (org). *Le lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1984. V.2. La Nation.
- OZOUF, Mona. *La Fête révolutionnaire: 1789-1799*. Paris: Gallimard, 1976.
- PENNA, Rejane Silva. *Memória, como a obra Fontes Oraís e Perspectivas*. Porto Alegre: EDPUCRS, 2005.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: Ed. Vértice, n.3, p.3-15, 1989.
- PIAGET, J. E INHELDER, B. *Mémoire et intelligence*. Paris: Presses Universitaires, 1968.
- PROUST, Marcel. *Em Busca do Tempo Perdido (1913-1927)*.
- RICOEUR, Paul. Entre mémoire et histoire. *Projet*. Paris: n° 248, 1996.
- RICŒUR, Paul. *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris : Le Seuil, 2000.
- RODRIGUES, José Honório. *Filosofia e História*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
- SANSON, Rosemonde. *Le 14 Juillet (1789-1975). Fête et conscience nationale*. Paris : Flammarion, 1976.
- SANTOS, « Memória, História, Nação: propondo questões” In *A Invenção do Brasil – ensaios de História e Cultura*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007. p.87-95.
- THOMSON, Alistair; FRISCH, Michael e HAMILTON, Paula. The memory and history debates: some international perspectives. *Journal of Oral History*, aug.1994, p.33-43 [republicado: “Os Debates sobre Memória e História: alguns aspectos internacionais” In AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p.65-91].
- TODOROV, Tzvetan. *Les abus de la mémoire*. Paris: Arléa, 1995.
- TULLARD, J. *Le mythe de Napoléon*. Paris: Colin, 1971.
- VERNANT, Jean-Paul. *Mythe et Pensée chez les Grecs. Études de psychologie historique*. Paris : Maspero, 1965.
- VEYNE, Paul. *Le pain et le cirque*. Paris : Seuil, 1973.
- VOVELLE, Michel. *Mourir autrefois. Attitudes collectives devant La mort aux XVII et XVIII siècles*. Paris: Gallimard, 1974.
- WEINRICH, Harald. *Lete: Arte e Crítica do Esquecimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001 [original: 1997].
- YATES, F.A. “The Ciceronian art of memory” In *Medioevo e Rinascimento – Studi in onore di Bruno Nardi*, vol II. Firenze: Sansoni, 1955. p.871-899.

¹ Professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Autor dos livros *O Campo da História* (Petrópolis: Vozes, 2004), *O Projeto de Pesquisa em História* (Petrópolis: Vozes, 2005), *Cidade e História* (Petrópolis: Vozes, 2007), *A Construção Social da Cor* (Petrópolis: Vozes, 2009) e *Raízes da Música Brasileira* (São Paulo: Hucitec, 2009).

² “O trabalho da história se entende como uma projeção, do nível da economia das pulsões ao nível do trabalho intelectual dessa dupla tarefa que consiste na lembrança e no esquecimento” (RICOEUR, 1996, p.11). Ou, ainda,

valerá lembrar Todorov em seu ensaio *Os abusos da Memória*: “A memória não se opõe absolutamente ao esquecimento. Os dois termos contrastantes são o apagamento (o esquecimento) e a conservação; a memória é, sempre e necessariamente, uma interação entre os dois” (1995, p.14).

³ Yates cita um longo trecho das *Confissões* de Santo Agostinho sobre a Memória, que parece espacializá-la, oscilando entre a idéia do ‘Depósito’, da ‘região a ser explorada’ e do ‘território’ a ser constituído por aquele que lembra. Le Goff retoma o trecho no seu verbete “Memória” (1990, p.445): “Chego agora aos campos e às vastas zonas da memória, onde repousam os tesouros das inumeráveis imagens de toda a espécie de coisas introduzidas pelas percepções: onde estão também depositados todos os produtos do nosso pensamento, obtidos através da ampliação, da redução ou de qualquer outra alteração das percepções dos sentidos, e tudo aquilo que nos foi poupado e posto à parte ou que o esquecimento ainda não absorveu ou sepultou. Quando estou lá dentro, evoco todas as imagens que quero. Algumas se apresentam no mesmo instante, outras se fazem desejar por mais tempo, quase que são extraídas dos esconderijos mais secretos. Algumas se precipitam em vagas, e enquanto procuro e desejo outras, dançam à minha frente com ar de quem diz: ‘Não somos nós por acaso?’, e afasto-as com a mão do espírito da face da recordação. Até que aquela que procuro rompe da névoa e avança do segredo para o meu olhar; outras surgem dóceis, em grupos ordenados, à medida que as procuro, as primeiras retiram-se perante as segundas e, retirando-se, vão se recolocar onde estarão, prontas a vir de novo, quando eu quiser. Tudo isto acontece quando conto qualquer coisa de memória” (YATES, 1966, p.44). O trecho está também transcrito em LE GOFF, 1990.

⁴ Esta metáfora aparece no diálogo *Teeteto*, de Platão (191c-d), no qual Sócrates declara que este bloco de cera foi uma dádiva de Mnemosine, mãe da Musa. Por outro lado, já Aristóteles, no tratado *Da Memória e da Reminiscência*, irá distinguir duas memórias: a *Mnemê*, que é apresentada como mera faculdade de conservar o passado (o bloco de cera platônico), e a *Mamnesi*, que corresponderia à faculdade de evocar voluntariamente este passado, e que portanto se aproxima da idéia da “atividade” atrás evocada. Para a questão da Memória entre os Gregos Antigos, ver VERNANT, 1996, p.61-ss.

⁵ Na Mitologia Grega o *Lethes* era um rio que se localizava no *Hades*; aqueles que bebessem de suas águas, o que era inevitável, seriam tomados pelo esquecimento. Por isso a palavra Alétheia (“não-esquecimento”) tornou-se o vocábulo correspondente a “verdade”.

⁶ “De tudo o que foi dito antes, concluímos que a memória coletiva não se confunde com a história e que a expressão *memória histórica* não é muito feliz, pois associa dois termos que se opõem em mais de um ponto” (HALBWACHS, 2006, p.100).

⁷ “A necessidade de escrever a história de um período, de uma sociedade e até mesmo de uma pessoa só desperta quando elas já estão bastante distantes no passado para que ainda se tenha por muito tempo a chance de encontrar em volta diversas testemunhas que conservam alguma lembrança” (HALBWACHS, 2006, p.101).

⁸ “Em história tem-se a impressão de que tudo se renova de um período a outro – interesses em jogo, direção dos espíritos, modos de apreciação dos homens e dos acontecimentos, as tradições também, as perspectivas do futuro – e que se os mesmos grupos reaparecem, é porque subsistem as divisões exteriores, que resultam dos lugares, dos nomes e também da natureza geral das sociedades” (HALBWACHS, 2006, p.102).

⁹ No trecho em que admite o trabalho parcializado do historiador, ele acrescenta “O mundo histórico é como um oceano para onde afluem todas as histórias parciais. Não é de surpreender que, desde a origem da História e até mesmo em todas as épocas, se tenha pensado em escrever tantas histórias universais. Essa é a orientação natural do espírito histórico. Essa é a inclinação fatal, sobre a qual seria arrastado qualquer historiador, se não fosse retido no contexto de obras mais limitadas, por modéstia ou falta de fôlego” (HALBWACHS, 2006, p.106).

¹⁰ Pode ocorrer, também, exatamente o contrário: a carência de memória, o que não é incomum sob a égide dos governos totalitários, que buscam manipular a memória a seu favor e produzir os silêncios que lhes interessam.

¹¹ Na chamada “disputa dos historiadores” (*historikerstreit*), os debates sobre o Nazismo começaram com a publicação em 1986 de um artigo de Ernst Nolte (n.1923) intitulado “O passado que não quer passar”, que propunha ultrapassar a sensação alemã de culpa pelo Holocausto e justificar a “solução final” em um quadro de movimentos políticos que devia levar em conta o que Nolte chamava de “ameaça bolchevista” e também a posição da comunidade judaica alemã alinhada com os adversários políticos e bélicos do Nazismo (NOLTE, 1993, p.18–23). A primeira réplica foi elaborada por Habermas, em um artigo publicado no *Die Zeit* em 11 de junho de 1986. A querela, na sua totalidade e complexidade, foi estudada por Alfred Low (1995, p.183-216).

¹² Sobre a obra de Joutard, diz-nos Le Goff: “reencontra no próprio seio de uma comunidade histórica, através dos documentos escritos do passado, e depois através dos testemunhos orais do presente, como ela viveu e vive o seu passado, como constituiu a sua memória coletiva, e como essa memória lhe permite fazer face a

acontecimentos muito diferentes daqueles que fundam a sua memória numa mesma linha e encontrar ainda hoje a sua identidade” (LE GOFF, 1990, p.475).